

**INTERESSES E CONFLITOS NA “CRACOLÂNDIA DA LUZ”:
UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA**

**INTERESTS AND CONFLICTS IN THE “CRACOLÂNDIA DA
LUZ”: A GEOGRAPHICAL APPROACH**

**Juliana Lopes Leles de Morais¹, Wagner Abadio de Freitas²
& Joesley Dourado³**

¹ Rua Antônio Teixeira de Andrade, casa 05, Condomínio Bela Vista, Bairro Candola,
Bambuí-MG, Cep:38900-000, Telefone: (38)992378048, Brasil
E-mail: julianalopeslelis@gmail.com

² Rua 6, nº230, Bairro São Francisco, Ceres-GO, Cep:76300-000,
Telefone: (62) 985663572, Brasil
E-mail: wagner.freitas@ifgoiano.edu.br

³ QNP 30, CJ V CSS 15 A, Esplanada III, Valparaíso de Goiás-DF, Cep: 72.236-022,
Telefone: (61) 991913003, Brasil
E-mail: joesleyb@gmail.com

Recebido 19 de Agosto de 2017, aceito 16 de Março de 2018

RESUMO: A consolidação da Cracolândia na região da Luz, na cidade de São Paulo, trouxe à tona discursos e práticas que, em certa medida, provocaram intervenções na produção do espaço urbano paulistano. Este espaço tornou-se conhecido por abrigar pessoas em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, ultimamente, também despertou o interesse do Estado e da iniciativa privada em resgatar o potencial turístico e econômico deste espaço central. Há um interesse em transformar esta área, que atualmente é marcada pela segregação socioespacial, em um centro comercial financeiro. Diante deste contexto, o presente artigo busca refletir e analisar a produção urbana deste

espaço a partir dos interesses e conflitos revelados em sua prática socioespacial. Para tanto, como base teórica, recorreremos às contribuições de Santos (1978), ao considerar os fenômenos espaciais em sua totalidade, haja vista que a Cracolândia da Luz, como parte do espaço, está inserida no todo da maior cidade brasileira. O presente trabalho foi estruturado a partir da análise de documentos, referenciais teóricos e figuras, visando à pavimentação de um caminho que contribua para o entendimento da temática no contexto da modernidade.

Palavras-Chave: Cracolândia da Luz, espaço urbano, desigualdade, modernidade, conflitos, interesses.

ABSTRACT: The consolidation of 'Cracolândia' da Luz in São Paulo came to the surface some speeches and practices that, to a certain extent, gave rise to interventions in the production of urban space in São Paulo. The forms and contents produced in this space reveal socio-spatial interactions in a part of the urban territory and directly impact on the (de) valuation of this space. There is an interest to transforming this area that currently is marked by socio-spatial segregation in a financial trading center. As such, the ways of occupation and appropriation occur in a conflicting way between society, the state and the real estate market. As a theoretical basis, it used Santos (1978), that considers space phenomena in its totality because in this space, contains the particular, that is, the 'Cracolândia' da Luz, which is inserted in the whole of the greater Brazilian city whose objective is to reflect and analyze the urban production of this space, from the interests and conflicts revealed in their socio-spatial practice. At last, this research is aimed from documents' analysis, theoretical references and figures, in order to paving a path that contributes to the understanding of the theme in the context of modernity.

Keywords: 'Cracolândia' da Luz, urban space, inequality, modernity, conflicts, interests.

INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea traz, em sua essência, as relações conflituosas entre o capital, o Estado e a sociedade, uma vez que as relações de poder são materializadas em seu território e em suas práticas socioespaciais. Com a ascensão da modernidade, tem-se um novo contexto na reprodução do espaço urbano, principalmente por meio da intensificação no uso das técnicas e tecnologias. Historicamente, alguns locais despertaram e ainda despertam maior interesse do capital do que outros, desenvolvendo, de forma mais lenta ou mais rápida, o que resulta em áreas diferenciadas dentro de uma mesma cidade.

Essa diferenciação decorre da relação que se estabelece entre o tempo e o espaço. Para Santos (1978), o espaço move-se de acordo com o tempo, pois este não é somente causa para o espaço, mas também condição, pois não há tempo real sem espaço geográfico. Portanto, o espaço é a acumulação desigual de tempos, sendo que, através de um novo contexto socioeconômico, há a reprodução de “novas” relações sociais e, conseqüentemente, “novas” relações espaciais.

Nesta perspectiva, destaca-se a evolução do Meio Técnico ao Meio Técnico Científico Informacional na dinâmica territorial brasileira, o que possibilitou, ao longo de várias décadas, transformações socioespaciais na cidade de São Paulo. Inicialmente, por meio do ciclo da economia cafeeira e, posteriormente, com o seu processo de industrialização e urbanização na Era Vargas, a capital paulistana foi inserida na divisão territorial e internacional do trabalho e tornou-se, ao longo do século XX, uma cidade de influência global. Estas dinâmicas abriram caminhos para a produção e reprodução do espaço urbano, sob a lógica capitalista, e o surgimento de diferentes centralidades.

Estes processos não ocorreram de forma harmônica, uma vez que vários embates, conflitos e contradições foram travados. Atualmente, verifica-se o

“abandono” do antigo centro, formado pelos distritos da Sé e da República, espaço que, no final do século XIX, era ocupado pela elite paulista e que retrata parte da história da cidade e o surgimento de outros espaços mais valorizados pelo mercado imobiliário, como o Jardim Paulista, que abarca áreas importantes, como a Avenida Paulista, o Brooklin e a Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini. São áreas inseridas na dinâmica de produção dos novos espaços urbanos que concentram grandes centros financeiros na capital paulista.

Paralelamente a esta dinâmica, a classe média/alta busca moradia em condomínios fechados, principalmente em lugares mais afastados e nobres. Já a outra parte da população, a menos favorecida, ocupa áreas menos valorizadas, com pouco acesso aos serviços públicos e uma limitada infraestrutura urbana. Assim, verifica-se que as divergências socioespaciais não se encontram somente nas formas, mas em seu conteúdo.

É diante da reprodução desta lógica capitalista e contraditória que se tem no contexto das cidades - a formação de espaços segregados - que a gestão pública, em parceria com a iniciativa privada, privilegia o capital em detrimento da sociedade. Esta contradição é percebida por Santos (1978, p.122): “o espaço é um verdadeiro campo de forças, cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”.

Tal desigualdade pode ser percebida no espaço urbano de várias cidades brasileiras; porém, neste artigo, abordaremos as especificidades e particularidades da Cracolândia, localizada na área central da cidade de São Paulo, também denominada “Cracolândia da Luz”, sendo que, neste espaço, é possível identificar a segregação socioespacial. Nesse sentido, a Cracolândia é uma parcela da cidade que contém a sua totalidade. Para Santos (1996), o espaço é compreendido por meio de sua totalidade, uma vez que corresponde à dimensão de cada parte, e, dialeticamente, cada parte representa o todo.

A Cracolândia da Luz é um espaço conhecido pela sua deterioração social e espacial, pois se tornou uma área frequentada por dependentes químicos, conhecidos como *noias*¹, e pessoas em estado de vulnerabilidade social, que procuram por moradias a preço acessível em uma localização privilegiada. Encontra-se em um espaço central, próximo às sedes de órgãos da administração pública, escolas, postos policiais, hospitais, pontos de transporte público, cinemas e espaços de lazer. No entanto, faz parte de uma área renegada pelas diferentes escalas da administração pública, caracterizando-se por um centro degradado, prédios abandonados, serviços públicos estagnados (como a extinção/carência da limpeza urbana na área) e com um intenso fluxo de saída de seus moradores.

É importante destacar que a Cracolândia não é um “problema” somente pelo uso e tráfico de drogas, mas também por ir além, envolvendo questões no âmbito social e espacial. De acordo com Souza (2012), os indivíduos que habitam esta área são os mesmos que já foram expulsos de outros espaços sociais. Portanto, retirar as pessoas da Cracolândia não é o suficiente para solucionar o problema, pois envolve uma situação de vulnerabilidade social resultante do processo dialético da produção do espaço.

A eliminação da Cracolândia tem sido alvo do Estado e da iniciativa privada, que visam resgatar o potencial turístico e econômico deste espaço localizado no centro da cidade de São Paulo. Baseando-se em Vasconcelos (2013), é possível afirmar que o intuito do capital privado, aliado ao poder público municipal, é a instalação do processo de gentrificação, ou seja, transformar a área central da cidade, ocupada por uma população mais carente e marginalizada, em um centro comercial. Nesta perspectiva, por meio de um discurso de “limpeza urbana” e revitalização da área central, ocorreram reiteradas intervenções que, até então,

¹ Gíria utilizada para se referir ao usuário de crack, oriunda da palavra paranoia, efeito principal da droga.

intensificaram os conflitos existentes neste espaço.

Enfim, é diante deste contexto e do entendimento da reprodução desigual do espaço urbano que a Cracolândia da Luz é objeto desta pesquisa. Assim, indaga-se: Como ocorre a reprodução deste espaço na cidade de São Paulo? Quais os embates e interesses?

Portanto, o objetivo deste artigo² é refletir e analisar a produção urbana deste espaço - a Cracolândia da Luz - a partir dos interesses e conflitos revelados em sua prática socioespacial. Nesta perspectiva, o caminho percorrido envolveu a análise de documentos relacionados à sua ocupação, assim como os interesses relacionados ao processo de revitalização, revisão bibliográfica e utilização de imagens que contextualizam a problemática pesquisada na atualidade.

A partir disso, os esforços aqui sistematizados podem ser percebidos como uma contribuição para o entendimento dos processos contraditórios da produção socioespacial do espaço urbano da cidade de São Paulo.

2. A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE GEOGRÁFICA NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

A geografia contemporânea abrange diversas posturas teórico-metodológicas para a compreensão da realidade. No que se refere à Geografia Social Crítica, a abordagem da produção do espaço supera os conceitos marxistas e destaca a produção do espaço em decorrência da reprodução das relações sociais. Segundo Lefebvre (2004), o espaço não é o lugar da produção de coisas, mas sim da reprodução das relações sociais. Reforçando esta análise, Carlos (2011) ressalta

² *O presente artigo é resultado das discussões realizadas na disciplina Teoria e Método da Geografia, ministrada pela Professora Dra. Nelba Azevedo Penna, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, UnB.*

que é possível compreender a produção do espaço pela prática socioespacial, enquanto processo civilizatório.

Segundo Carlos (2011, p.11):

Decorre daí o entendimento de que o mundo produzido revela-se como obra humana, ao longo do processo civilizatório, em sua reprodução, praticamente. Há nesse processo uma dupla determinação: o homem se objetiva construindo um mundo real e concreto, ao mesmo tempo em que se subjetiva no processo ganhando consciência sobre essa produção (CARLOS, 2011, p. 11).

Neste sentido, a noção da produção do espaço indica a compreensão do espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução social, determinada atualmente pelo modo de produção capitalista, que age por meio do aspecto legal e jurídico, estabelecendo a base para sua própria reprodução: propriedade privada, as instituições dotadas de poderes e as relações de trabalho, a fim de garantir a reprodução sempre ampliada do capital, produzindo o imaginário social de “naturalidade” das contradições e desigualdades sociais advindas deste processo.

Na modernidade, o espaço não desaparece, mas sim, está a todo momento presente na dinâmica das relações sociais, sendo percorrido nas mais diversas porções de tempo. Para Soja (1993), a categoria “espaço” é importante para o entendimento da modernidade, e reforça que, na segunda metade do século XX, surgem novas formas e maneiras de se ver, juntos, o tempo e o espaço. Assim, é a ideia de “desconstrução”, ou seja, reinscrever e ressituar as significações, os acontecimentos e os objetos em movimento.

Nesta perspectiva, diante dos embates, conflitos e contradições, o espaço não pode ser desprezado, uma vez que é fundamental para que ocorra a

territorialização das relações econômicas, políticas, culturais e sociais. Seus instrumentos, mercadorias e laços percorrem um espaço para se materializar, tanto na forma quanto no conteúdo das relações produzidas pela sociedade.

Explicar o mundo contemporâneo atual a partir da espacialidade dos fenômenos e por meio de uma teoria social crítica mais flexível, relacionando-a com a sociedade, o tempo e o espaço, reafirma a importância da Geografia Humana, tendo em vista que a marcação do espaço torna possíveis a reconstituição do tempo e a identificação das relações sociais, econômicas e culturais.

Além da sociedade e do espaço, é importante ressaltar a importância do tempo. Segundo Santos (1996), a cada sistema temporal, o espaço muda e assim empiriciza o tempo, tornando-o material e indissociável dos sistemas de objetos e de ações. Esta interdependência entre o espaço, o tempo e a sociedade pode ser considerada como um mosaico de diferentes épocas, pois o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo.

O espaço é um conjunto de formas relativas que são construídas e reconstruídas, e esta noção de espaço é inseparável à ideia de sistema temporal. Enquanto categoria, o espaço é reconhecido como fato, fator e instância, e pode sofrer mudanças com o tempo, ou seja, com a história do lugar. Na Cracolândia, verifica-se a convivência de objetos resultantes dos diferentes períodos da história da cidade de São Paulo. A área central, com seus casarões antigos, convive com modernos prédios comerciais em ruas próximas. As rugosidades, que são os resquícios de sistemas técnicos passados, são determinantes para as formas de vida possíveis naquela área, considerando-se que essas rugosidades podem ser parceiras do novo sistema técnico, ou, então, obstáculos à implantação de modelos mais desenvolvidos. Além disso, devem ser encaradas não somente por seu aspecto físico e territorial, mas também pelas heranças socioespaciais.

Estas formas geográficas produzidas devem ser compreendidas de modo integrado e relacionado ao contexto em que foram criadas e elaboradas, haja vista que o valor do objeto se exprime através da realidade do espaço onde se encaixou. O espaço deve ser percebido como *lócus* de permanente construção, desconstrução e reconstrução, como processos complexos de vida, onde se manifestam conflituosamente forças de natureza social, política, ideológica, econômica, cultural, entre outras. Estas forças se interpõem entre a sociedade, o tempo e o espaço, e a abordagem geográfica da realidade deve partir da compreensão de como essa realidade é construída, percebida e vivenciada, e não por meio de conteúdos vazios, explicações simplistas e reducionistas.

Portanto, pode-se afirmar que o espaço apresenta sua totalidade e possui, por meio de suas frações, o conjunto de suas especificidades. Para Santos (1978), o espaço é considerado como totalidade, ou seja, o conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos, tanto do passado quanto do presente. É neste contexto que a dialética espacial se faz importante para a compreensão da realidade.

De acordo com Lefebvre (2004), o espaço é instrumentalizado pela “racionalidade” ordenadora do mundo, portanto, não é uma folha em branco. Assim, o método para abordar os problemas do espaço não pode consistir em um método formal, mas sim dialético, para, dessa forma, situar as relações sociais no espaço e no tempo.

A cidade é um produto que promove conexões e fluidez às dinâmicas produtivas desenvolvidas no espaço geográfico. Segundo Spósito (2008), para compreender a cidade, temos que ir além da análise superficial, pois as diferentes manifestações urbanas expressam articulações e objetivações que marcam a produção e a reprodução do espaço urbano. A cidade se insere em uma transformação continuada que revela, no presente, novas formas e conteúdo que

são criados, recriados, produzidos e reproduzidos por agentes sociais.

Estas formas e conteúdo são carregados de intencionalidades que conjugam e sobrepõem tempos desiguais. Para Santos (1994, p. 71), “a cidade é, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano, com o qual se confunde”. A cidade em construção absorve as externalidades e estrutura sua própria dinâmica econômica, política e social. Os agentes produtores do espaço redefinem os sistemas instalados no território por meio de normas e ações, construindo um percurso que expressa seus domínios.

Entretanto, vale ressaltar que a cidade é uma luta política carregada de utopias, embates e contradições. Mais especificamente na contemporaneidade, é marcada por espaços fragmentados e desiguais. De acordo com Vasconcelos (2013), a cidade fragmentada é produzida, em parte, pela ação (inação) do Estado, do mercado imobiliário e, sobretudo, pela ação da população pobre. E os espaços desiguais, nem sempre visíveis, são muito comuns no Brasil. Os espaços segregados são o reflexo das desigualdades sociais materializadas no espaço urbano, inseridos em contextos específicos que, de forma involuntária, separam espacialmente um grupo da população. Nestes locais, tem-se a convivência de diferentes indivíduos que se encontram inseridos na dinâmica da cidade.

Para Carlos (2015), os espaços que se associam diretamente às formas de propriedade privada do solo urbano, apontando para uma hierarquização socioespacial como expressão da desigualdade, são o que indica a segregação socioespacial.

Portanto, diante da relação “espaço-tempo-sociedade”, a Geografia Social Crítica desperta uma nova compreensão para a realidade, destacando um novo “olhar” para a própria ciência, bem como para a sociedade. A atenção dada ao uso

do espaço desperta interesses que são contraditórios para uns e complementares para outros. Como destaca Lefebvre (1991), a essência do espaço não pode ser apenas o local passivo em que desenrolam as relações sociais, mas também a própria práxis social através da qual se constrói o espaço e a sociedade. E, assim, a análise do espaço permite não somente uma visão dos fatos e indivíduos envolvidos, mas também de sua reprodução espacial, envolvendo sua forma e conteúdo.

Diante desta perspectiva, para compreender a lógica das práticas socioespaciais reproduzidas no espaço da Cracolândia, frente aos discursos de revitalização do espaço sob a ótica do capital, cujos interesses se contrapõem ao legado social presente na sociedade, é necessário, primeiramente, conhecer este espaço que se faz presente na realidade paulistana.

3. DA “LUZ” AO ESPAÇO SEGREGADO: A CRACOLÂNDIA NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Anteriormente à compreensão da formação da Cracolândia no centro da cidade de São Paulo, é importante abordar o conceito de segregação socioespacial.

Conforme destacado por Sposito (2013, p. 65):

há segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana.

A autora atenta para o fato de a segregação ser sempre espacial, de forma que ela se diferencia da estigmatização e da marginalização que se constituem nos planos sociais, econômicos, políticos e culturais, apesar de ter uma expressão espacial.

Para Negri (2008), o processo diferenciado de ocupação espacial e a consequente segregação são combinados com “históricos mecanismos de separação social”, os quais produzem e mantêm a exclusão social, capazes de dotar essas velhas desigualdades de novos conteúdos e processos.

Para Sposito (2013), o espaço pode ser segregado, diferenciado, estigmatizado, marginalizado, dentre diversos outros aspectos. Mas ele também pode ser um espaço somente segmentado. Para a autora, a segmentação espacial envolve todos os processos, radicais ou não, que distribuem desigualmente a população no espaço urbano.

Diante da interpretação do termo segregação espacial por Sposito (2013), destaca-se a sua importância para a compreensão das práticas socioespaciais nas cidades contemporâneas. Neste contexto, a cidade de São Paulo possui em sua extensão territorial diferentes manifestações da segregação, observadas em suas diferentes escalas, seja na diferenciação das dinâmicas dos bairros de classe alta em relação aos de classe baixa, seja na desigualdade refletida em espaços físicos restritos, mas que representam a dinâmica global, inseridos numa lógica conflituosa do capital - como é o caso da Cracolândia.

Considerando-se sua totalidade, a cidade de São Paulo é uma metrópole global, que teve o ápice de seu crescimento econômico e populacional a partir do ciclo do café e da industrialização, tornando-se uma referência nacional desde o século XIX. É neste contexto de desenvolvimento que se tem o surgimento da área central e do bairro da Luz, território no qual, atualmente, se insere a Cracolândia.

De acordo com Camargo (2006), na cidade de São Paulo, por volta do século XVI, foi erguida uma ermida em homenagem a Nossa Senhora da Luz, à altura do campo Guaré, que, na linguagem indígena, significa “matas em terras molhadas”.

Aquele símbolo de devoção foi determinante para formar a identidade da região, culminando em seu reconhecimento como o “Bairro da Luz”.

Já na segunda metade do século XIX, como consequência da ascensão do poderio econômico e político das elites cafeeiras do Estado, o bairro supracitado passou por uma grande obra de intervenção urbana. A fim de escoar a produção do café do interior de São Paulo até o porto de Santos, mais precisamente em 1860, foi construída uma ferrovia pela *The São Paulo Railway Company*, um arranjo institucional entre o capital nacional e o capital inglês. Em 1865, inaugurou-se a estação ferroviária da Luz, que impactaria demasiadamente aquela região. Este novo meio de transporte simbolizava a modernidade e o dinamismo em que a cidade de São Paulo vivia à época, consolidando-a como capital da região mais desenvolvida do País.

As transformações experimentadas pelo bairro da Luz são citadas por Camargo (2006, p. 01):

A área se valorizou e a administração pública realizou obras de melhoria integrando o bairro ao centro da cidade. O comércio no entorno da estação diversificou-se para atender os viajantes com hotéis e restaurantes. A Luz tornou-se um local aprazível. A atual Avenida Tiradentes era um arborizado boulevard e os paulistanos frequentavam o Jardim da Luz nos finais de semana. Nos Campos Eliseos, bairro vizinho, a elite do café construiu seus palacetes. E bairros populares surgiram nas proximidades para abrigar os trabalhadores das ferrovias e do comércio local.

No início do século XX, três processos foram determinantes para a transformação da formação socioespacial do bairro da Luz: (1) como afirmava a primeira nomenclatura indígena, inicialmente era uma várzea, o que contribuía,

de certo modo, para conter a expansão da mancha urbana, mas gerava problemas de ordem sanitária, devido aos recorrentes transbordamentos dos rios Tamanduateí e Tietê; (2) a inserção da estação ferroviária no sistema de transporte coletivo de passageiros metropolitanos facilitou o acesso das camadas populares à região; (3) com o incremento do transporte rodoviário e o uso do automóvel, a valorização proporcionada pela estação ferroviária foi perdendo importância e status frente às novas áreas de expansão da cidade, como as zonas sul e oeste. Estes três processos contribuíram para que as elites que ocupavam aquele espaço o abandonassem, iniciando um processo de decadência urbana.

Para Camargo (2006), um marco desse processo de desvalorização da área foi a desativação do terminal rodoviário da Luz. Havia, no entorno do terminal, toda uma gama de comércio e serviços voltados à população que circulava por ali. Restaurantes, hotéis, pensões e lojas eram componentes recorrentes naquela paisagem. Porém, em 1982, o terminal foi fechado e, quatro anos mais tarde, sofreu um processo de demolição.

Ao final do século XX, em contraste com o mesmo período do século anterior, o bairro da Luz viveu o ápice de seu declínio. Baixa valorização dos imóveis, grande presença de moradores de rua, cortiços com famílias vivendo em condições insalubres tornaram-se parte do seu cotidiano.

Acerca da atual configuração deste espaço, Raupp e Adorno (2011, p. 2615) afirmam:

Como consequência do processo de esvaziamento imobiliário, muitas ruas onde tradicionalmente havia uma ocupação mesclada entre comércio e uso residencial encontram-se hoje inteiramente vazias depois do horário comercial e nos fins de semana, o que constitui um sério agravante às condições locais de segurança.

Em algumas ruas houve uma apropriação do espaço público por vendedores e usuários de drogas, constituindo o que é considerado hoje um dos maiores problemas do Centro de São Paulo.

A decadência econômica da região fica clara ao observar a situação em que se encontram os imóveis. Prédios com fachada deteriorada, ruas sujas e barracas improvisadas espalhadas pela via são fatores que contribuem para a ideia de parte abandonada da cidade. Veja a Figura 1 a seguir.



Figura 1 – Paisagem de um trecho da Cracolândia de São Paulo. Fonte: Jornal Estadão São Paulo³, 2018.

O uso do crack foi fundamental para definir o apelido de parte deste espaço - Cracolândia. O local é conhecido por abrigar uma população em situação de vulnerabilidade: usuários de drogas, moradores de rua e praticantes de atividades

³Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,onu-diz-que-acao-na-cracolandia-agrava-exclusao-social,70002198813>. Acesso em: 21 fev. 2018.

ilícitas, como traficantes. A formação do espaço denominado Cracolândia, com a aglomeração de usuários de crack e outras substâncias ilícitas, data da década de 1990. Raupp e Adorno (2011) afirmam que, em 1989, o uso de crack correspondia a 5,2%, enquanto entre 1995 e 1997 saltou para 65% do total de drogas consumidas na região.

Estes autores apontam para a dificuldade de delimitação espacial da Cracolândia da Luz, devido às fronteiras fluidas entre bairros distintos, uma vez que tanto o bairro de Santa Ifigênia quanto o da Luz são territórios destes usuários. Além disso, os usuários transitam por várias ruas, principalmente em resposta às ações de repressão por parte do Estado.

Essa característica fica evidente ao observarmos a contribuição de Frugoli Jr. (2012, p.5) ao entrevistar um morador da região:

Se em alguns momentos ele entende que o local de sua residência faz parte do perímetro da Luz, em outros, ele afirma morar na Santa Ifigênia. Mas, de um modo geral, quando perguntado por alguma pessoa em qual bairro mora, responde Santa Ifigênia; quando vai explicar para alguém e a pessoa não conhece a região, diz “perto da Luz”; quando quer impressionar positivamente, diz que mora nos Campos Elíseos; quando quer chocar e provocar (como p. ex. numa festa), diz que mora “no meio da Cracolândia”, causando certo impacto na interação.

Apesar da dificuldade em delimitar a área, de maneira geral, a Cracolândia abrange a parte central da cidade de São Paulo, as imediações das Avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero, Rua Mauá, Estação Júlio Prestes e Praça Princesa Isabel. Veja a Figura 2 a seguir.



Figura 2 - Delimitação da Área da Cracolândia e Projeto Nova Luz no centro da cidade de São Paulo, SP. Fonte: Agência Brasil⁴, 2017.

A vulnerabilidade social encontrada nesta área do bairro da Luz atrai não somente uma população de usuários, mas também de imigrantes, que ali se instalam devido ao baixo valor dos imóveis e dos aluguéis em comparação ao de outras áreas centrais.

Mais especificamente, aqueles que buscam a Cracolândia tratam-se de uma

⁴Disponível em: <http://sb24horas.com.br/policia-de-sao-paulo-faz-nova-operacao-na-regiao-da-cracolandia/>. Acesso em: 12 jun. 2017

parcela da população excluída pela dinâmica do capital. Recentemente, o jornal Estadão de São Paulo⁵ publicou uma pesquisa realizada em consultoria com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) em que se divulgou que a média de usuários de drogas na Cracolândia, durante o último ano, subiu de 709 para 1.861 pessoas, ou seja, um aumento de 160%. O estudo mostra, ainda, que 44,1% das mulheres ali presentes já sofreram algum tipo de abuso físico/sexual na infância; 70,6% mencionaram já ter sofrido violência física na Cracolândia; e 40% fizeram uso de drogas injetáveis. Entre homens e mulheres, cerca de 44% disseram que conflitos familiares, como perdas, divórcios, violência e abandono, os levaram para a Cracolândia.

Estes dados refletem a desigualdade social vivenciada pelas cidades brasileiras e demonstram a complexidade da segregação espacial da Cracolândia, uma vez que vai além da situação de vulnerabilidade naquele espaço. É a representação de uma população segregada das políticas públicas, da economia, da sociedade em geral, que, em sua maioria, está naquele espaço não por uma escolha, mas sim como consequência. Os problemas vivenciados na Cracolândia são apenas um recorte diante da complexidade da totalidade brasileira.

Nesta perspectiva, numa análise mais específica deste espaço, para que a Cracolândia se reproduza, é indispensável a existência de um ator: o traficante. Por meio de sua ação, este espaço, além de ser insalubre e conter pessoas em situação de vulnerabilidade social, também se encontra submetido às ações de criminosos que praticam ilícitos penais e contribuem para o aumento da violência contra os dependentes químicos e contra aqueles que discordam de seus interesses.

⁵ Levantamento divulgado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social no Jornal Estadão de São Paulo, SP, no dia 08 de junho de 2017.

Neste contexto, é flagrante o abandono estatal pelo qual passa esta parte da cidade, sendo que a presença do Estado se encontra focada em intervenções de eliminação da área, bem como na realização de algumas políticas paliativas para os seus frequentadores. Ultimamente, devido a sua localização estratégica e relevância política e simbólica perante o eleitorado paulistano, diversas intervenções dos governos municipal e estadual foram realizadas nesta área. Desde 2005, algumas ações foram executadas com o intuito de extinguir a Cracolândia, destacando-se: em janeiro de 2012 (Operação Centro Legal, com cerca de 300 homens da Polícia Militar); em janeiro de 2014 (Assistentes Sociais cadastraram 300 pessoas no programa Braços Abertos); em agosto de 2016 (Ocupação do Cine Marrocos, com 500 homens da Polícia, e prisão de 32 pessoas) e, recentemente, em maio de 2017, novas intervenções.

Como visto, a produção do espaço da Cracolândia da Luz ocorreu sob um contexto de valorização e desvalorização da área central da cidade de São Paulo, produzindo formas específicas que o ocupam. No entanto, estas formas são o reflexo de processos ocorridos no cotidiano deste espaço por meio de práticas socioespaciais conflituosas e complexas.

4. PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS: INTERESSES E CONFLITOS NA CRACOLÂNDIA DA LUZ

A Cracolândia da Luz é um espaço marcado por conflitos de interesses entre diversos atores: moradores da região, usuários, traficantes, poder público e iniciativa privada. Neste sentido, a sua análise socioespacial perpassa pelo entendimento da produção do seu espaço urbano e, portanto, pela compreensão de suas práticas socioespaciais. Como destaca Carlos (2011), a cidade, por si só, é um mosaico de contradições e conflitos. Observam-se, no seu tecido urbano, as marcas do passado, em articulação com as do presente, ambas refletindo

os processos de desenvolvimento desigual do espaço, mediante os interesses daqueles que lucram com as práticas socioespaciais.

De acordo com Lefebvre (2001), o sistema capitalista de produção foi responsável por transformar a terra em mercadoria, e, dessa forma, atrair diversos interessados em extrair o maior lucro possível nas relações comerciais que envolvam este produto. A localização é um fator preponderante para delimitar o valor do solo urbano, que é escasso, e sua produção é lenta e cara, considerando-se os diversos processos que dela decorrem. A Cracolândia da Luz não foge à regra da produção do espaço sob a égide capitalista. Localizada no centro da cidade de São Paulo, dispõe de acesso fácil aos serviços urbanos, como transporte, comércio e hospitais. Por outro lado, sua desvalorização advém dos conflitos vivenciados pelos seus moradores e frequentadores.

A presença dos usuários e traficantes de drogas neste espaço central desvaloriza-o, pois, muitas vezes, para manter seu vício, alguns cometem delitos nas proximidades, levando a sensação de insegurança à população. Em alguns casos, este usuário não possui moradia fixa e se estabelece na rua, à altura do comércio de drogas, tornando a Cracolândia a sua casa.

Com a grande aglomeração de usuários, o traficante logo é outra figura presente neste espaço, pois enxerga-o como fonte de lucro ao comercializar as drogas. Em suas relações comerciais, muitas vezes, recorre ao uso da violência para evitar prejuízos e forçar o pagamento por parte dos usuários.

Além destes envolvidos, têm-se, no cotidiano da dinâmica espacial da Cracolândia, os interesses do mercado imobiliário, do Estado e da sociedade. Diante de inúmeros atos violentos e situações de vulnerabilidade social, é notório o descaso das autoridades públicas e da própria sociedade com a existência da Cracolândia, o que contribuiu para a reprodução da segregação espacial. A

existência do usuário e do traficante nesta área é elemento de um processo mais amplo, de um processo histórico que se desdobra no espaço contemporâneo. Como já foi dito, o espaço é valorizado de acordo com os interesses dos agentes que podem lucrar com esta ação, e o que se encontra na história de apropriação deste espaço é um desinteresse do mercado imobiliário e do Estado que o renegou e deixou ao descaso pela prioridade da abertura de outras centralidades dentro da cidade de São Paulo. A situação de declínio socioespacial iniciou-se por volta da segunda metade do século XX e agravou-se no início da década de 1990, com o aumento do consumo do crack, levando à aglomeração de usuários naquela localidade.

Tal contexto é explicado nas considerações de Carlos (2015, p. 25-26):

Como exigência do seu desenvolvimento, esse comportamento realiza-se no movimento de passagem da hegemonia do capital produtivo industrial para o capital financeiro, através da reprodução do espaço urbano, sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial. Isto é, a reprodução do espaço urbano da metrópole expõe o momento em que o capital financeiro se realiza através dessa reprodução, produzindo “um novo espaço” sob a forma de “produto imobiliário” que aponta uma mudança na aplicação do capital-dinheiro acumulado do setor produtivo industrial em direção ao setor imobiliário, o que exige uma fluidez avassaladora.

Com a desvalorização socioespacial da região, os preços de seus imóveis caíram, a oferta de aluguéis se multiplicou e a existência de moradias multifamiliares - o cortiço - logo atraiu uma população socialmente vulnerável, englobando tanto os usuários de drogas quanto as famílias de imigrantes que somente poderiam se instalar em locais com habitação, mesmo que insalubre,

a baixo custo. Desse modo, para uma parcela da população, tornou-se um espaço visto como possibilidade de moradia e, para outra, um local “perigoso”, acarretando fluxo de saída de moradores e uma rota ausente da população que passa pela área central. Para muitos, a Cracolândia da Luz deveria ser eliminada.

Nota-se que houve uma grande desvalorização ocasionada, em grande parte, pela omissão estatal, que pode ser interpretada até mesmo como sendo intencional. De acordo com a entrevista realizada por Frugoli Júnior e Chizzolini (2012), sob a perspectiva de um morador da região, o crescimento da Cracolândia muito se devia ao próprio Estado, que tinha interesse na desvalorização daquela parte da cidade, forçando a saída dos moradores para que, posteriormente, as imobiliárias comprassem os imóveis e houvesse investimentos.

Com a intensa ocupação dos interstícios urbanos, a abertura de novos espaços para expansão imobiliária ficou mais difícil, considerando-se a pouca oferta de locais com infraestrutura adequada à realização do capital. Dessa forma, a partir de 2005, tanto por parte da iniciativa privada quanto por parte do Estado, aquela região, até então abandonada, e seus conflitos socioespaciais, que estavam à margem de políticas públicas e do interesse particular, passaram a ser objeto de atração para ações intervencionistas dos poderes público e privado.

Nessa perspectiva, como destaca Carlos (2011), na modernidade, o espaço tornou-se mercadoria e condição para a reprodução continuada do capital, ou seja, o espaço é produto histórico e está sujeito às mudanças pelas quais passam a sociedade em relação às exigências do modo de produção capitalista. Além disso, está ligado a momentos particulares do processo de produção destas relações, que envolve o ato de produzi-lo, ou seja, o modo de vida urbano. Desse modo, nota-se, na formação do espaço da Cracolândia, um reflexo da contradição intrínseca da produção de seu espaço urbano, sendo este reproduzido de acordo com as necessidades de acumulação e do lucro, com consequências

diretas sobre as condições de realização da vida.

A reprodução deste espaço segregado pode ser observada no cotidiano da Cracolândia, por meio de práticas espaciais, tendo o Estado como seu principal articulador. Por meio de ações de cunho assistencialista, em sua maioria, o Estado mantém programas que atuam de forma paliativa frente ao problema, como é o caso dos programas Braços Abertos⁶ e Recomeço⁷.

O primeiro foi uma ação criada pelo ex-prefeito Fernando Haddad, e teve como principal intuito combater o uso de drogas na região por meio do oferecimento de um quarto de hotel, três refeições diárias e trabalho de varrição de vias para os interessados, sendo que cada participante receberia R\$15,00 por dia trabalhado. Já o Programa Recomeço, de acordo com informações publicadas em seu site oficial, trata-se da assistência médica e direito à saúde, sendo suas ações coordenadas pelas Secretarias Estaduais da Saúde, da Justiça e Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento Social. Além desses auxílios, os programas facilitam o acesso a tratamento médico e apoio social e, quando necessário, à internação dos dependentes em centro de referência, incluindo comunidades terapêuticas e moradias assistidas. O trabalho também é integrado com o Poder Judiciário, com a participação do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil, que acompanham os trabalhos e os casos que precisam do apoio ou interveniência destes organismos.

Outras práticas socioespaciais realizadas pela prefeitura ao longo dos últimos anos foram o fechamento de bares e hotéis (alegando ligação com o tráfico de drogas e a prostituição), a retirada de moradores de rua e a intensificação

⁶ Disponível em: www.tjmt.jus.br/INTRANET.ARQ/.../Programa_braços_abertos_-_São_Paulo.doc

⁷ Disponível em: <http://programarecomeco.sp.gov.br>

do policiamento para inibir o consumo de drogas no local. Além disso, vários imóveis foram declarados de utilidade pública e, portanto, desapropriados. Têm-se, ainda, as ações mais pontuais, normalmente acompanhadas pela mídia, como prisões, apreensão de drogas e armas e “esvaziamento” da área por um tempo, sendo que, com o passar dos dias, a dinâmica da Cracolândia retorna ao normal.

Geradora de inúmeros conflitos entre usuários e policiamento, este tipo de ação trata os usuários da Cracolândia como invasores, preocupando-se, na maioria das vezes, apenas com a sua saída daquele espaço, como se isso resolvesse o problema destas pessoas. Segundo Raupp e Adorno (2011), a presença do policiamento nesta área tem como objetivo “manter a ordem” do espaço urbano para que não haja a sensação de insegurança, ou seja, assegurar a ordem pública. Pode-se afirmar que sua ação na Cracolândia está voltada simplesmente para a manutenção da forma do espaço, pois retirar pessoas e apreender drogas não resolverá a gênese do problema. Portanto, cabe a indagação: que ordem é essa quando se tem a desigualdade além das formas do espaço? Ou seja, a desigualdade está incrustada em sua essência e conteúdo, e a ordem ali estabelecida seria apenas aparente, interessando somente aos grandes capitalistas.

Enfim, tais ações revelam que o Estado não está omissivo na Cracolândia, ele está presente nas suas mais diversas práticas. De acordo com Rui (2012), o Estado sempre está ali (Cracolândia), por vezes, em demasia, reprimindo e ajudando; em outras, punindo e encaminhando. Pensar em sua ausência é negar o seu papel na reprodução das relações contraditórias do Capitalismo.

Frequentemente, o argumento utilizado para legitimar as ações estatais está ligado à recuperação dos usuários, junto a um projeto de renovação urbana para a área. Renovação, revitalização, reorganização e requalificação são termos bastante utilizados pelos interessados em lucrar com estas ações no espaço

urbano. Dessa forma, podemos observar que as intervenções realizadas não estão ligadas somente à ideia de “limpar” aquela região, mas sim a um discurso do Estado alinhado aos interesses capitalistas, tanto do mercado imobiliário quanto do capital financeiro responsável por financiar obras de grande porte. Frugoli Júnior e Cavalcanti (2013, p. 79) também observaram este fenômeno:

O projeto da Nova Luz e as obras do PAC fazem parte de uma mesma lógica de produção da cidade, em que o Estado realiza investimentos em infraestrutura aliados a grandes esforços de “recuperação” de regiões consideradas degradadas, perigosas ou fora de seu alcance, com o objetivo último de tornar essas regiões permeáveis, ou atraentes para as forças do mercado. A esses esforços, somam-se estratégias de produção de novos sentidos simbólicos articulados às áreas em processo de intervenção – no caso da Luz, inicialmente a de “bairro cultural”, posteriormente uma área mais ampla de intervenção, no caso de Manguinhos, de região “pacificada” a território “retomado” pelo Estado. ”

De acordo com Whitaker (2017), o atual prefeito de São Paulo, João Doria, contratou, “por notório saber”, Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba, para realizar um projeto urbanístico para o centro da cidade. Este arquiteto já havia proposto, em conjunto com o mercado imobiliário, um projeto para a região da luz. Trata-se da construção de vários prédios envidraçados que abarcarão escritórios e comércios altamente elitizados. Para este autor, o prefeito de São Paulo deseja realizar esta obra no então espaço da Cracolândia da Luz.

No entanto, estas ações não consideram os grupos vulneráveis que ali vivem ou fazem uso, pois os expulsam, resultando na formação de “minicracolândias” em ruas ou bairros próximos. Portanto, ao expor estes fatos, verifica-se que o

espaço urbano é um elemento cada vez mais central na reprodução da acumulação capitalista, pois, além de gerar formas, gera processos para promover os interesses do capital, além de induzir comportamentos e usos em seu cotidiano. Tem-se, portanto, no caso da Cracolândia, a reprodução dos espaços segregados por meio de diferentes práticas socioespaciais e conflitos.



Figura 3 - Projeto urbanístico para o centro de São Paulo feito por Jaime Lerner, 2016. Fonte: Blog do João Sette Whitaker⁸, 2017.

É importante ressaltar que os conflitos gerados pela aglomeração de dependentes químicos não são exclusividade do bairro da Luz. Em 2015, o município de São Paulo reconhecia a existência de pelo menos mais seis locais críticos voltados à venda e ao consumo de drogas. Porém, em 2017, este número saltou para vinte e dois, localizados principalmente na região central, sendo rotulados como “minicracolândias”, pois, em alguns casos, possuem menos de cem usuários ali instalados.

⁸ Disponível em: <http://cidadesparaquem.org/blog/2017/5/24/o-que-h-por-trs-da-ao-higienista-na-cracolndia>. Acesso em: 09 de junho de 2017

Outro ponto a ser destacado são os moradores e comerciantes próximos à Cracolândia (que não são usuários de droga) que convivem diariamente com limitações de acesso às ruas, ausência de limpeza urbana, insegurança e desvalorização dos seus imóveis. Eles buscam constantemente, na Prefeitura Municipal, uma solução para o fechamento da Cracolândia. Por outro lado, também questionam as ações do Poder Público Municipal, que interdita e demole casarões e prédios, afetando a rotina dos moradores.

Como visto, é no contexto das práticas espaciais que os interesses dos diferentes atores envolvidos na questão da eliminação ou não do espaço da Cracolândia são revelados, originando conflitos e divergências. Esses desacordos demonstram a ausência do pensamento coletivo e da busca pelo bem comum, pelo contrário, são ações que privilegiam os grandes capitalistas, contribuindo para a exclusão social.

É importante destacar que, diante da imposição destas ações, tem-se a resistência de alguns grupos, como da população que utiliza os espaços da Cracolândia, assim como de organizações que buscam a manutenção dos direitos humanos. De acordo com a publicação na Rede Brasil Atual (RBA), Oliveira (2017) destaca que, durante as ações realizadas pela Prefeitura, há pouco meses, representantes de entidades de Defesa dos Direitos Humanos, da Saúde e da Assistência Social manifestaram-se contra, alegando a ocorrência de violações em desfavor da população usuária da Cracolândia.

Entre as ações, estão a organização de plantão 24 horas, para a garantia da segurança contra prisões, internações e agressões, e a produção de um dossiê. O documento será entregue à Corte Interamericana de Direitos Humanos, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a prefeituras de diversas cidades estrangeiras que reconheceram avanços do programa De Braços Abertos.

As ações de resistência têm sido palco de encontros promovidos pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo, com participação do Conselho Federal de Psicologia (CRP), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (Condepe-SP), Movimento Nacional de Direitos Humanos e organizações que atuam na região, como A Craco Resiste⁹ e É De Lei¹⁰.

“A Craco Resiste” e o “É De Lei” são organizações não governamentais que contam com o apoio da população civil e articulam ações em prol da manutenção dos direitos básicos da população da Cracolândia. O primeiro movimento tem como objetivo principal a luta contra a violência policial na Cracolândia, e o segundo atua desde 1998 promovendo a redução de danos sociais e à saúde ligados ao uso de drogas.

Enfim, a apresentação destes conflitos e interesses divergentes demonstra a complexidade do espaço da Cracolândia e, mais do que isso, a complexidade em resolver o problema, uma vez que está na contradição da reprodução do sistema capitalista. É importante uma política que leve em consideração os desejos e as necessidades de cada um, reduzindo os danos do uso abusivo de drogas. Por isso, antes de qualquer medida, é necessário o respeito aos direitos básicos do cidadão, sem agressão. Mas, para além da abordagem humanitária, é preciso repensar este espaço inserido na totalidade da segregação espacial, buscando a promoção dos direitos à vida, ao trabalho, enfim, à cidade.

O bairro da Luz é muito mais do que a ideia de ‘Cracolândia’ que permeia o imaginário público. O crack está ali, mas este espaço certamente não é composto exclusivamente pelo uso desta substância. Trata-se de um lugar que representa

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/ACracoResiste>

¹⁰ Disponível em: <http://edelei.org/pag/quem-somos>

desigualdade, fragmentação e separação, muitas vezes, invisível para grande parte dos habitantes da cidade de São Paulo e ignorado pelos interesses do grande capital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da modernidade, o espaço é uma importante categoria analítica para a compreensão das desigualdades, pois, entendido enquanto condição, meio e produto da reprodução social, permite analisar a totalidade do espaço geográfico. Baseando-se na dialética espacial, a relação entre sociedade e espaço incorpora novos significados, uma vez que, em cada instante, as frações da sociedade não são as mesmas. Além disso, a análise espacial mostrou-se fundamental na compreensão do objeto de estudo, pois enfatizou a materialização dos fenômenos sociais na Cracolândia em sua forma e conteúdo, paralelamente aos estudos que tratam dos indivíduos e suas particularidades. A relação entre sociedade, tempo e espaço entrelaça o fenômeno em sua história e espacialidade, não acarretando uma análise fragmentada.

É nesta perspectiva que a Cracolândia da Luz foi entendida enquanto fração da totalidade do espaço geográfico, e sua formação remeteu-se a uma conjugação de tempos desiguais, apresentando práticas socioespaciais diferenciadas, como reflexo do período histórico vivenciado. O seu surgimento ocorreu após o “abandono” de uma área central como resultado do surgimento de novas centralidades na cidade de São Paulo - consequência das novas exigências do mercado internacional.

Desse modo, o processo de produção e reprodução do espaço da Cracolândia da Luz revelou-se sob a contradição do capitalismo, ou seja, como uma mercadoria para atender aos interesses do capital (mercado imobiliário e

Estado). No cotidiano da reprodução de suas práticas, ocorria a divergência entre administração pública, mercado imobiliário e população, principalmente no que se refere a sua manutenção ou eliminação. Diante de uma nova lógica socioespacial, ditada pelo neoliberalismo, observa-se que o Estado, instituição que deveria garantir os direitos à sua população, é o grande mentor das práticas socioespaciais que contribuem para a reprodução das desigualdades naquela fração do espaço e, conseqüentemente, em sua abrangência.

A Cracolândia da Luz se apresenta como um espaço segregado, na medida em que é resultado de um conjunto de práticas sociais dos diferentes agentes de produção do espaço urbano com interesses que privilegiam a burguesia. Em um primeiro momento, um lugar desprezado que passou por um processo de rápida e alta valorização mediante a instalação de uma grande infraestrutura de transporte urbano através de um conluio entre o poder público e os agentes imobiliários da cidade de São Paulo, os quais, em outro contexto, também foram responsáveis por consolidar a decadência daquela região, mediante a valorização de outras áreas voltadas à habitação e ao comércio dentro da metrópole e posterior desmonte da estação ferroviária.

Nota-se que, com as transformações sofridas pela sociedade, as formas assumiram novas funções, produzindo uma nova organização espacial. No que se refere à Cracolândia, tem-se o seu reconhecimento enquanto um espaço que se materializa por uma série de práticas socioespaciais contraditórias, sejam elas repressivas, assistencialistas ou resultantes dos conflitos entre os diferentes agentes interessados no seu uso. Assim, distante de ser uma situação solucionada, a Cracolândia da Luz está inserida numa lógica mais ampla, caracterizada pela contradição e complexidade do mundo moderno.

Tais práticas são compreendidas no processo de segregação, pois, apesar de se localizar no centro da cidade, é um espaço à parte, que sofre pela hierarquização

dos poderes. Um espaço “evitado” por muitos transeuntes ao considerarem-no perigoso, que não recebe todo o tipo de serviço público, como a própria limpeza urbana. Enfim, um espaço que reproduz a separação econômica, política e social na sua dinâmica espacial.

Hoje, com a existência da Cracolândia, fica em voga a omissão estatal perante a deterioração do espaço, bem como a ausência de políticas públicas que o compreenda em sua totalidade, ou seja, na inserção de um sistema excludente. É diante desta lógica que a “Cracolândia da Luz” produz formas e relações que impactam diretamente no uso do espaço urbano paulistano.

Por fim, é importante destacar que este espaço não necessita apenas de ações paliativas, como transferi-lo de local. Precisa ser reconhecido enquanto um espaço segregado, para que ações mais efetivas transformem a realidade da população usuária ou vizinha da Cracolândia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS. A. F. (2011) **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 157 p.
- CARLOS. A. F. (org). (2015) **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 189 p.
- CAMARGO, A. (2017) **Antigo bairro nobre, Luz luta hoje por sua revitalização**. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/diversidade/numero8/2c.html>. Acesso em: 20 de jun. 2017.
- FRÚGOLI JR., CHIZZOLINI, Bianca B. (2012) Moradias e práticas espaciais na região da Luz. In: Heitor Frúgoli Jr. (ed.). (2012) **Dossiê Luz**, São Paulo: Ponto Urbe 11, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1135>. Acesso em: 12 Jun. 2017.
- LEFEBVRE, H. (2001) **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 184 p.
- LEFEBVRE, H. (2004) **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 192 p.

- NEGRI, S. M. (2008) **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises.** Coletâneas do Nosso Tempo, Ano VII, v.8, n.8, p. 129-153.
- OLIVEIRA, C. (2017) **Entidades firmam pacto para resistir à violência de Alckmin e Doria na Cracolândia.** Disponível em:
<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/05/entidades-firmam-pacto-de-resistencia-contraviolacoes-na-cracolandia>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- RAUPP, L.; ADORNO, R. C. F. (2011) Circuitos de uso de *crack* na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n. 5, p. 2613-2622.
- RUI, T. (2012) Vigiar e Cuidar: notas sobre a atuação estatal na “Cracolândia”. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 336-351.
- SPOSITO, E. S. (2008) **Redes e cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 161 p.
- SPOSITO, M. E. B. (2013) Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. **A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 208 p.
- SANTOS, M. (1978) **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 288 p.
- SANTOS, M. (1996) **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 392 p.
- SANTOS, M. (1994) **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 176 p.
- SOJA, E. (1993) **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 324 p.
- SOUZA, L. A. F. (2012) **Equívocos na Cracolândia – SP**. Disponível em:
<https://luisantoniodesouza.jusbrasil.com.br/artigos/121938245/equivocos-na-cracolandia-sp>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- VASCONCELOS, P. A. (2013) Contribuição para o Debate sobre Processos e Formas Socioespaciais nas Cidades. In VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L; PINTAUDI,

S. M. **A Cidade Contemporânea**: Segregação Espacial. São Paulo: Contexto, 208 p.

WHITAKER, J. S. (2017) **O que há por trás da ação higienista na Cracolândia?**.

Disponível em: <http://cidadesparaquem.org/blog/2017/5/24/o-que-h-por-trs-da-ao-higienista-na-cracolandia>. Acesso em 23 maio. 2017.